

# REPÚBLICA BRASILEIRA EM JORNAIS FEMININOS DA ÉPOCA\* (1889-1890)

MARIA THERESA CAIUBY CRESCENTI BERNARDES  
do CERU

---

## RESUMO

Uma seleta comentada de textos publicados, em 1889-1890, em dois jornais fundados e dirigidos por mulheres no Rio de Janeiro, alusivos à proclamação e incipiente instalação da República, revela um pouco conhecido interesse e envolvimento na política, por parte de mulheres; suas atitudes variaram da adesão mais entusiástica à crítica veemente de certas medidas, incluindo a tentativa de participar do Congresso Constituinte que elaborou a primeira Constituição da República.

## SUMMARY

A commented selection of articles relative to the new-born Brazilian Republic, published in 1889-1890 on two newspapers edited by women in Rio de Janeiro (then the country's capital) reveals an unsuspected feminine involvement in Politics. Women's attitudes have ranged from enthusiastic acclamation to sharp criticism and included the (frustrated) attempt to take part in the Congress which was to elaborate the first republican Constitution.

---

\* Texto apresentado ao Seminário Cultura e Pensamento Social na 1.ª República, organizado pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos — CERU, Depto. de Sociologia da FFLCH/USP e GT, Pensamento Social da ANPOCS, realizado em São Paulo, 24-25 de agosto de 1989.

Entre os inúmeros registros históricos sobre a proclamação da República em nosso país, os que se encontram em jornais fundados e dirigidos por mulheres da época, dada a dificuldade de sua localização, despertam a atenção de estudiosos que desejam conhecer aspectos inéditos de nosso passado.

Tivemos, anteriormente, oportunidade de analisar, em cinco periódicos desse gênero, publicados no Rio de Janeiro desde 1852 até 1890, o pensamento de suas jornalistas sobre o papel da mulher na sociedade brasileira (Bernardes, 1983).

Retomando agora esses mesmos jornais, procuramos verificar, especificamente, suas referências à proclamação da República e à vigência do novo regime em seu primeiro ano de existência, pretendendo oferecer um ponto de partida para eventuais estudos posteriores, tornando mais conhecido esse período de nossa História da forma como foi visualizado, na própria época, por mulheres de imprensa.

Apenas dois, entre os cinco jornais por nós analisados, continuavam a ser publicados no Rio de Janeiro em novembro de 1889<sup>1</sup>:

— *O Sexo Feminino*, "semanário dedicado aos interesses da mulher", fundado em Campanha (MG) e instalado em 1875 no Rio de Janeiro. Fundado e dirigido pela professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, tinha como colaboradoras suas filhas e diversas companheiras. Interrompeu sua publicação em 1876 e reapareceu treze anos depois. Com o advento da República passou a ser chamado *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* e a ter publicação quinzenal. Seu programa era o de "pugnar pela emancipação da mulher, adquirida pela tríplice educação: física, moral e, intelectual":

— *A Família*, periódico "semanal literário dedicado à educação das mães de família a fim de lhes proporcionar uma leitura amena" que as iniciasse nos deveres de esposa e de mãe, pertencia a Josefina Álvares de Azevedo. Fundado em São Paulo, em 1888, foi transferido no ano seguinte para a Corte, tendo ampliado seus objetivos no sentido de defender a emancipação feminina. Era aberto a todas as mulheres que nele quisessem colaborar e mantinha um quadro de redatoras residentes em diversas localidades do Brasil.

Os dados colhidos nesta pesquisa referem-se a oito números de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (15 dez.1889 — 6 dez.1890) e a quarenta e sete números de *A Família* (23 nov.1889 — 11 dez. 1890), sendo ambas as séries disponíveis na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ).

O desequilíbrio numérico entre as mencionadas séries deve-se não somente ao fato do primeiro jornal ser quinzenal e o segundo, hebdomadário, mas ainda à impossibilidade de termos, no momento, microfílmes completos de todos os números de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. No entanto, dada a relevância de tal publicação em face do tema que ora abordamos, mesmo que incompleta, não poderíamos descartar sua coleção.

Do conjunto das duas publicações, portanto, selecionamos todos os textos que, de alguma forma,

estivessem ligados à recente instalação da República brasileira, verificando a existência de artigos, análises de decretos republicanos, poesias e noticiários.

A apresentação de todo o material coletado será desdobrada, segundo o critério de seu conteúdo, da seguinte forma:

- considerações sobre a República Brasileira;
- comemorações do Quinze de Novembro por grupos de mulheres;
- críticas ao Governo Provisório;
- participação feminina na Constituinte;
- referências ao extinto regime monárquico e à família imperial;
- notícias diversas relacionadas com o advento da República<sup>2</sup>.

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPÚBLICA BRASILEIRA

A instauração do novo regime político é bastante aludida nos dois jornais. Uma primeira referência ao fato aparece em artigo de *A Família* (23 nov.1889, p.1-2) com o título de "República Brasileira". Sua autora<sup>3</sup>, de início, verifica a transformação operada na política nacional: "O Brasil é hoje uma república federal de Estados ligados pela comunhão de interesses, pela identidade de raça, e pelas tradições com que figura na história". Descreve, em seguida, os passos que antecederam a proclamação da República e a subsequente organização do Governo Provisório, ressaltando o clima de ordem e de paz e não menos de surpresa para o povo: "Tudo isso foi feito como se fora premeditado, e com tal êxito, que tiveram o melhor sucesso. Nas ruas o povo aglomerado assistia ao imprevisto da situação, parte saudando a República". Todo o texto limita-se a relatar o evento, sem maiores comentários, relegando à História uma oportuna interpretação: "Este acontecimento memorável, que ao seu tempo entrará para a história pátria, devidamente comentado, deu-se na madrugada do dia 15 de novembro corrente".

Numa outra abordagem, tecendo considerações sobre o mesmo acontecimento, outros escritos encaram a República como esperança de melhores dias na sociedade e fonte de novas oportunidades para a mulher na conquista de seus direitos.

Estão neste caso dois textos de Francisca Senhorinha da Motta Diniz em *O Quinze de Novembro*

1 Os demais eram *O Jornal das Senhoras*, *O Bello Sexo* e *A Mulher*.

2 Alguns textos originais, interessantes para melhor conhecimento da matéria publicada, estão transcritos em apêndice e indicados com algarismos romanos.

3 Embora não assinado, o artigo deve ter sido escrito por Josefina Álvares de Azevedo, proprietária e diretora do jornal, que usualmente escrevia e assinava na mesma seção do periódico. O mesmo acontece com os dois textos de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, certamente da lavra de Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

do *Sexo Feminino*. No primeiro deles (15 dez.1889, p.1-2), a autora rejubila-se e saúda os Estados Unidos do Brasil, a República Brasileira e o Governo Provisório, além de ressaltar a alegre repercussão nacional que mereceu o evento republicano, como portador de novas idéias liberais a garantir, para o sexo feminino, uma nova era, de libertação: "Hoje dizemos: a mulher quer a igualdade, esta será alcançada". E, no segundo artigo, a República é focalizada como reconstrutora do Estado e da sociedade, "assegurando a todos os cidadãos plena liberdade e igualdade fraternal" e, por esta razão, "os homens da Revolução de Quinze de Novembro" não podem ser contrários à emancipação da mulher (13 jul.1890, p.1).

Diferente enfoque sobre a República encontra-se em longa dissertação de Anália Franco, então professora em Taubaté (SP), assídua colaboradora de *A Família* e integrante de seu quadro de redatoras. Intitulada "A nova fase" (21 dez.1889,p.1-2), revela a preocupação da autora em despertar a consciência dos brasileiros na construção de um novo Brasil após a euforia do Quinze de Novembro: "(...) nós, ao recairmos nas condições normais da vida, não devemos ficar de braços cruzados sobre o peito, indiferentes ou sem coragem para vencermos os inúmeros obstáculos que nos surgem de dia para dia". Com rara acuidade, a jornalista faz uma análise da situação nacional, discorrendo sobre suas grandezas e debilidades e não deixa de lamentar e denunciar problemas como corrupção, abuso do poder central, desperdício, ignorância e política de opressão (I). E, diante desse quadro, mostra-se confiante numa "nova fase que abre auspiciosa à pátria os horizontes de um venturoso porvir".

Com o mesmo sentido de esperança na República, Emiliana R. de F. Moraes envia de Ubá (MG) à redação de *A Família* o artigo "Ao Estado livre de São Paulo" (datado de 9 dez.1889, foi publicado em 16 jan.1890,p.1). Paulista de nascimento, a autora, que residia em Minas Gerais por ter desposado um político local, confessa grande entusiasmo pelo recente regime republicano e saúda o Estado de São Paulo como unidade livre da Federação. Aguardando dias melhores para o povo brasileiro e, particularmente, para as mulheres, afirma: "Com os últimos acontecimentos, parece que vem o prenúncio do reconhecimento dos direitos da mulher a intervir nas coisas públicas. Esperamos que a nova fase de coisas seja o início desses acontecimentos, que contribuirão sobremodo para a inteira grandeza da humanidade".

E, mesmo não se referindo diretamente à República, mas apresentando sugestiva menção a ela, encontramos o artigo da professora Luiza Thienpont, "Utilidade da instrução para a mulher", publicado em *A Família* (16 mar.1890,p.6), a cujo quadro de redatoras também pertencia. Criticando e lastimando o baixo nível da instrução feminina, apesar do advento da República, declara: "Depois do passo gigantesco

que o Brasil acaba de dar democraticamente a 15 de Novembro próximo passado, este estado de coisas, este culpável indiferentismo, esta falta de discernimento nos confrange o coração (...)"

## COMEMORAÇÕES DO QUINZE DE NOVEMBRO POR GRUPOS DE MULHERES

Cumprindo sua finalidade de propugnar pela emancipação feminina, encontram-se freqüentes páginas de *A Família*<sup>4</sup> com notícias de eventos precursores de novos espaços sociais atingidos por mulheres no Brasil e nas mais longínquas regiões do mundo. Percebe-se a orientação do jornal, embora publicado no Rio de Janeiro, em não se limitar apenas aos horizontes da sociedade carioca e atingir um público de todo o país. Estão neste caso três notícias de comemorações da proclamação da República, no Estado de São Paulo, incluindo figuras femininas de Campinas, São Paulo e Sorocaba respectivamente.

No caso campineiro lê-se (7 dez.1889,p.6): "Em sinal de regosijo pela proclamação da República Brasileira, foram de Campinas à capital do Estado vizinho em um deslumbrante préstito 150 senhoras que desembarcaram na estação de ferro com todo o aparato" (II). Após a descrição pormenorizada do grupo em que "trajavam todas vestidos vermelhos, com barretes frígios, tendo a tiracolo uma fita branca onde se lia — REPÚBLICA BRASILLEIRA" foi destacada a representante da cidade, esposa de Francisco Glicério<sup>5</sup>, caminhando debaixo de um "pálio verde e amarelo cujos suportes eram conduzidos pelos representantes da imprensa de Campinas".

O relato termina com um comentário da redação sobre a participação feminina nas festas cívicas da República, afirmando que "não somos mais indiferentes aos destinos da nossa querida pátria, como supunha a nossa condição de inércia e indiferentismo a que estávamos condenadas por preconceitos de educação".

Na mesma página dessa notícia consta, referente à cidade de São Paulo, uma transcrição do Correio Paulistano (III) sobre certa manifestação de professoras públicas estaduais, relatando que... uma comissão composta de [diversas senhoras] acompanhadas de duzentas e treze alunas de diversas escolas, dirigiram-se ao palácio do Governo Provisório e aí, depois dos cumprimentos, foi entregue pela professora D. Augusta Petit uma mensagem do professorado ao Dr. Prudente de Moraes, proferindo aquela

4 A partir deste ponto, todas as citações de datas de publicação referem-se ao jornal *A Família*, Rio de Janeiro (RJ).

5 Segundo informações gentilmente prestadas por Dr. Clovis Gracie Glicério de Freitas, bisneto da referida senhora, trata-se de D. Adalina Glicério, filha de D. Henriette Masson, professora francesa que mantinha um colégio para moças, em Campinas. Casara-se em 1867 com Francisco Glicério.

senhora um inspirado discurso pelo advento da República<sup>6</sup>.

Sobre as comemorações em Sorocaba encontra-se o artigo "A Mulher e a República" (14 dez.1889, p.2) no qual são transcritas algumas informações do Diário daquela cidade relativas à participação feminina na questão republicana<sup>7</sup>: "Não só em Minas, como em toda parte, fundaram-se clubes de senhoras, que tinham por fim fazer triunfar a causa nacional, interpretada pelos espíritos patriotas, dos sentimentos, das queixas e humilhações do povo brasileiro. Aqui, no dia da proclamação do advento da República Brasileira, foi notória e sinceramente louvada a presença das exmas. sras. que sancionaram com suas assinaturas o fato que para alguns espíritos 'fortes' não passava ainda de 'horrenda surpresa', ou de um pesadelo dos piores.

Está provado, pois, que conquanto suas forças não tanto influíssem para o advento da República, contudo chegaram sua pedrinha para o grande edifício do futuro da pátria brasileira".

## CRÍTICAS AO GOVERNO PROVISÓRIO

O novo regime político não tinha ainda dois meses completos quando foi severamente censurado por uma das jornalistas do quadro de redatoras, a dentista Izabel Dillon, através de sua "Análise do decreto de 15 de dezembro" (31 dez.1889,p.2-3 e 16 jan. 1890,p.1-2).

Demonstrando estar em dia com a política nacional, inicia sua análise afirmando que "Todos os atos oriundos do governo provisório republicano dos Estados Unidos do Brasil têm-nos merecido aplausos e

6 Por gentileza da Sra. D. Maria Antonieta Wertheimer Garcez, neta da oradora, D. Augusta de Paula Petit Wertheimer, pudemos obter o discurso por ela pronunciado, assim como fotos da oradora e de seus colegas docentes (IV).

7 Nem do *Correio Paulistano*, citado na notícia anterior, como do *Diário de Sorocaba*, indicado no presente artigo, constam as datas em que foram publicados.



Corpo docente do Grupo Escolar do Sul da Sé (SP, 1890). Ao centro e no medalhão, a diretora Augusta Petit Wertheimer (1862-1948), que discursou ao presidente do Governo Provisório na manifestação de 28 de novembro de 1889.

entusiasmo (...) exceto o decreto que encima as considerações que vamos fazer. Nele há omissões e defeitos jurídicos, além dos de alta política internacional”.

O decreto refere-se à definição de direitos para os cidadãos quanto ao exercício da política e de outras atividades. É analisado minuciosamente pela autora, tornando-se matéria à parte para pesquisadores interessados no tema. Tem o tom de um desafio aos homens do Governo, que são admoestados com ênfase no final do texto: “terminando, diremos ao governo provisório, não se embeveça nos louros de suas vitórias(...)”.

O ministro dos Correios e Instrução, Benjamin Constant, também foi alvo de reprimendas através de um clamoroso protesto da diretora do jornal, Josefina Álvares de Azevedo, no artigo “Decreto iníquo e absurdo” (16 out.1890, p.1 e 30 out.1890,p.1). Sem especificar o número e a data do decreto, refere-se a ele afirmando: “O decreto do ministro dos correios e instrução fechou às senhoras brasileiras as portas das academias, desses verdadeiros templos das ciências”<sup>8</sup>.

Ora, este fato marcava um retrocesso na história da educação feminina uma vez que, a partir do Decreto n.º 7247, de 19 de abril de 1879, com a reforma Carlos Leôncio de Carvalho, era permitido o ingresso de mulheres em escolas superiores do Brasil.

O positivismo é apontado pela jornalista como razão do absurdo cometido: “O apostolado positivista, acérrimo, intolerante, impraticável e fútil, subiu as cumiadas do poder e se está desdobrando em dogmas insuportáveis, como esse de que deriva o decreto. Daí o desacerto do ato que manda-nos fechar as portas das academias”.

Criticando ainda o Governo Provisório, Josefina Álvares de Azevedo escreveu outro artigo, “Os banidos” (27 nov.1890,p.1), no qual menciona a suspensão do decreto de banimento de alguns brasileiros que se encontravam na Europa. Não se conforma com o fato de esse decreto excluir a veneranda figura de D. Pedro II, “(...) o velho ex-monarca, tão bom, tão amante da sua pátria e das glórias dos seus ilustres filhos, tão democrata como os verdadeiros amantes da democracia (...)”. Faz, no entanto, uma ressalva à volta da Princesa Izabel: “E não me referirei à princesa que, afinal, não estaria isenta de um desejo de levantar tempestades para reconquistar ainda o trono perdido...”.

## PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CONSTITUINTE

A elaboração da nova Constituição brasileira, após a proclamação da República, foi tema ventilado também por Josefina Álvares de Azevedo em “Constituição e Constituinte” (5 jul.1890,p.1) criticando o projeto da nova Carta Magna entregue ao Governo em 30 de maio de 1890.

Lastimando não ter encontrado, nesse projeto, dispositivos favoráveis à mulher brasileira, vislum-

bra a futura Constituinte como um recurso para a triste situação: “Mas, se o Projeto de Constituição assim concebido, ataca tão rudemente a nossa melhor esperança, resta-nos apelar para a reunião da Constituinte, em que esse Projeto terá definitiva aprovação”. “Assim, temos o direito de esperar e supor que na reorganização da pátria brasileira a mulher seja considerada autônoma e igual ao homem.”

E, antes da primeira eleição republicana no Brasil, em setembro de 1890, para a escolha dos membros do Congresso Constituinte, são registrados dois fatos extremamente inusitados na época: lançamento de duas candidatas ao mencionado Congresso.

Sobre a primeira delas há apenas uma breve notícia (14 ag.1890,p.3): “A Exma. Sra. D. Maria Augusta Meira de Vasconcelos, que tão brilhante artigo tem publicado no Jornal do Recife, apresenta-se candidata à constituinte pelo Estado de Pernambuco.

Diz ela:

‘O povo é quem elege, e o povo, para quem apelo da decisão injusta do governo, é soberano’”.

O segundo caso refere-se a Izabel Dillon, citada anteriormente em suas críticas ao Governo Provisório. É de sua lavra uma “Circular” (28 ago.1890,p.2) que assim principia: “Defensora da emancipação da mulher, entendo que um governo democrático não pode privar uma parte da sociedade de seus direitos políticos, uma vez que as mulheres não foram francamente excluídas das urnas eleitorais pela nossa constituição vigente, sendo eu eleitora em pleno gozo dos meus direitos civis e políticos, apresento-me candidata à Constituinte, escolhendo o Estado da Bahia, terra que me deu o berço; conto com a independência e civismo do eleitorado bahiano para quem faço um apelo” (V).

Segue-se a este apelo a declaração de seus princípios de igualdade para todos os cidadãos, liberdade de pensamento e direito de voto e de elegibilidade. Entre os problemas que mais a preocupam enumera o trabalho, as necessidades do proletariado, uma economia austera, leis protetoras da criança, da mulher e dos operários.

E, para que possa cumprir seu programa, acrescenta: “Conto, apesar de todos os obstáculos, que me serão opostos por verdadeiros preconceitos, que terei de meus dignos e generosos conterrâneos favorável acolhimento na aspiração de um lugar no seio do futuro Congresso”.

As duas tentativas acima representam vigorosa oposição à maneira pela qual se cumpriam os dispositivos constitucionais que, sem negar explicitamente o direito de voto e de elegibilidade às mulheres, na prática o faziam.

8 Não encontramos tal decreto, apesar de o termos procurado cuidadosamente nos *Decretos do Governo Provisório* (1891). Provavelmente, trata-se de um ato decisório registrado em documentos de divulgação restrita, daí não ter sido possível localizar.

## REFERÊNCIAS À MONARQUIA E FAMÍLIA IMPERIAL

Algumas críticas mordazes ao regime monárquico substituído pela República aparecem, curiosamente, em forma poética.

Com o pseudônimo de Zefa, provavelmente encobrindo o nome da diretora do jornal, Josefina Álvares de Azevedo, constam algumas trovas sobre as diferenças de tratamento pessoal ocasionadas pela passagem de um regime político para outro, e que foram publicadas com o título de "Cidadã ou cidadoa" (7 dez.1889,p.5). As duas primeiras estrofes assim dizem:

*Manda a república agora  
novo trato em moda por:  
já se não diz mais — senhora;  
ninguém mais tem — senhor.  
Excelência nem de graça;  
foi-se a moda cortesã.  
Dama altiva agora passa  
a chamar-se cidadã.*

Com o soneto "Oitenta e nove", Izabel Dillon (21 dez.1889,p.5) saúda o novo momento político celebrando-o como proclamação de independência de um poder tirano:

*Do jugo livre a pátria imaculada, ingente,  
Não mais curva a cerviz à fera majestade.*

Na seção "Livros e Jornais", dedicada ao registro de publicações recebidas, ou recentemente editadas, lê-se um breve comentário sobre algumas estrofes de Luiz Delfino, transcritas de uma poesia considerada, pela redação, verdadeiro "poema à liberdade". Cumpre notar que o título do comentário é "Quinze de Novembro de 89" e entre as estrofes transcritas constam os seguintes versos:

*Que é um rei? — É um ídolo apenas,  
Que a ambição e a ignorância levanta,  
A que o bravo não dobra uma planta,  
Baixo culto dos tímidos só; (26 abr. 1890,p.6)*

As figuras de D. Thereza Christina e D. Pedro II mereceram, entretanto, as mais elogiosas considerações, como no caso em que se noticiou a morte da ex-imperatriz (31 dez.1889,p.2), afirmando-se então: "(...) não há um só sentimento de despeito, uma expressão de ódio, porque ela foi no trono a virtude, a candura, e a consagração do amor. A Família inclina-se reverente diante do túmulo aberto de Thereza Christina, como a última homenagem àquela que foi no Brasil a mais ilustre representante de seu sexo".

Dedicado ainda à ex-imperatriz do Brasil, Maria Jorandes assina uma poesia, "À memória de D. Thereza Christina" (23 mar.1890,p.5), homenagem demonstrando profundo sentimento de simpatia.

Sobre a pessoa do velho imperador, constam apenas as observações de Josefina Álvares de Azevedo, acima indicadas, lamentando seu exílio e, ao

mesmo tempo, fazendo restrições ao retorno da Princesa Izabel.

E, como uma espécie de síntese sobre o momento político brasileiro, Anália Franco tece o seguinte comentário em suas considerações intituladas "A nova fase", já mencionadas de início: "(...) eis que uma reforma mansa e pacífica como a luz límpida, serena e vivificante da verdadeira felicidade social veio de súbito abolir o trono e os privilégios de uma nobreza mal entendida, chamando a todos para tomarem fraternalmente a parte que lhes compete no banquete universal, iluminados e aquecidos pelo sol comum da Democracia e da Liberdade".

## NOTÍCIAS DIVERSAS RELATIVAS À REPÚBLICA

Dentro de um noticiário mais geral encontram-se, aqui e ali, registros da redação do jornal sobre iniciativas as mais diversas, com respeito à recente República, recebendo louvores ou severas repri-mendas.

Neste último caso verificam-se duas condenações a atitudes extremadas de elementos republicanos.

Primeiramente, sob o título "Falta de patriotismo" (20 fev.1890,p.1-2), a diretora da folha escreve: "Depois que a República foi proclamada neste país, não faltaram os conversos de 15 de Novembro que procurassem de qualquer modo dar testemunho de adesão até nas coisas mais pequenas, arrastando até à esteira do ridículo as coisas mais sérias". Lamenta, então, o fato de alguns republicanos terem arrancado o nome do General Osório a uma das praças públicas de São João do Itaboraí (RJ) e nela terem colocado o nome do General Deodoro.

Em outra reprovação à violência de republicanos, a folha lastima profundamente a completa destruição de um jornal monarquista, *A Tribuna*, com sede na Rua Nova do Ouvidor, Rio de Janeiro (RJ) (4 dez.1890,p.2). Após minuciosa descrição do fato, na qual não faltaram menções de estragos e ferimentos em algumas pessoas, como o General Franzini, que se encontrava no local, o jornal acrescenta uma crítica: "Entrados no regime da legalidade, da ordem e da liberdade plenamente responsável, não era de esperar a repetição de cenas que tanto nos amesquinharam no tempo da monarquia. Deu-se entretanto o fato, com o lúgubre cortejo das circunstâncias lamentáveis, que se acham no domínio público! Estremeceu a garantia da opinião, foi abalada a liberdade de imprensa... e até esta hora ainda não se deu satisfação completa por tão medonho atentado!"

Em oposição às notícias precedentes, encontram-se homenagens ao aparecimento de novos órgãos de imprensa voltados à República e à adesão de jornais já existentes à mesma causa patriótica.

Assim, ocupando lugar numa mesma página do jornal (7 dez.1889,p.7) constam as notícias de que, logo após a proclamação da República, em 22 de novembro de 1889, surgiu na Bahia o periódico "Repú-

blica Federal" dirigido por seu proprietário Virgílio de Lemos e que, ainda na Bahia, a "Gazeta da Tarde" havia publicado o artigo "Definamo-nos" pelo qual explicava sua adesão à causa republicana.

Em números subseqüentes, com destacados elogios, menciona-se o lançamento de: "A Pátria", folha "consagrada à gloriosa República Brasileira", redigida por Serpa Rodrigues e A. Santiago, em Fortaleza (CE) (21 dez.1889,p.7); e, sem menção dos locais de origem; "Revista Positivista", dirigida por José Feliciano (20 fev.1890,p.7) e "República", jornal dirigido por Silva Figueiró, seu proprietário (17 maio, 1890,p.3).

Sobre outro tipo de iniciativa, realizada por uma mulher, lê-se uma breve nota sob o título "Conferência republicana" (31 dez.1889,p.7): "A esta redação ofereceu a minha distinta coprovinciana Maria Amélia de Queiroz um exemplar impresso da *Conferência Republicana*, recitada no Clube Frei Caneca. Não é revelação de estréia: é, portanto, um trabalho de fôlego e que muito recomenda aquela ilustre propagandista".

A mencionada conferencista residia em Recife e fazia parte do quadro de redatoras de *A Família*, tendo-se já destacado por sua participação ativa na campanha abolicionista (Crescenti,1976).

#### QUESTÕES SUGERIDAS PELA PESQUISA

Entre os pontos que afloram à reflexão, diante do conjunto de dados que foram expostos, cabe reconhecer primeiramente o papel da imprensa no século XIX como incomparável veículo de idéias.

A esse respeito, Anália Franco escrevia: "Não há nada mais belo e nem mais poderoso do que o jornal, quando tem a consciente e elevada compreensão da sua missão civilizadora". "Ninguém ignora que todos os interesses, desde os mais justificáveis até os que menos razão teriam para se manifestar, fizeram do jornal uma das mais características feições da civilização atual" ("O Jornal", *A Família*, 16 jan.1890,p.4-5).

E a utilização da imprensa por escritoras de várias partes do Brasil, como verdadeira tribuna na defesa de seus direitos, trouxe até nós o relato da situação feminina vivida pelas próprias protagonistas da época.

Não é de estranhar, portanto, que os registros sobre a proclamação da República em jornais femininos, ao lado de revelarem aspectos inéditos de nossa História, permitissem também a leitura sobre a vida de suas jornalistas enquanto refletiam seu modo de pensar e de agir diante da questão política. Aliás, verificamos que as próprias redatoras não raro explicitaram o desejo de que essa posição fosse percebida, como no caso da notícia sobre mulheres vindas de Campinas a São Paulo em comemorações republicanas, após a qual se acrescentou a nota de que "não somos mais indiferentes aos destinos da nossa querida pátria, como supunha a nossa condição de inércia e indiferentismo a que estávamos condenadas por preconceitos de educação".

O material desta pesquisa, colhido apenas em dois jornais femininos, não representa o pensamento da totalidade de escritoras da época e pretende sugerir novas explorações em fontes semelhantes, além de estimular a procura de outros jornais cujos nomes constam em obras de referência e não foram sequer localizados.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

BERNARDES, M. T. C. C. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo, T. A. Queiroz [no prelo].  
———. *Mulheres educadas: Rio de Janeiro do século XIX (1840-1890)*. São Paulo, 1983. Tese (doutor.) USP.  
CRESCENTI, M. T. C. *Mulheres e libertação dos escravos*. 1976. mimeo. [Trab. apres. ao III Simpósio de História do Vale do Paraíba, 14-24, jul. 1976.]

DECRETOS do Governo Provisório. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.  
A FAMÍLIA: jornal literário dedicado à educação da mãe de família. Rio de Janeiro, 1889-90.  
O QUINZE DE NOVEMBRO DO SEXO FEMININO: revista quinzenal, literária, recreativa, noticiosa e política, especialmente dedicada aos interesses da mulher. Rio de Janeiro, 1889-90.

---

Transcrições da íntegra de textos citados

(I) Anália Franco, "A nova fase"

(...) Rico, ao Brasil de nada têm servido suas riquezas. Novo Pluto, como bem diz um escritor, vive no meio delas sem poder utilizá-las. Não há país onde se fale tanto em riquezas como no Brasil. Entretanto em nenhum outro é tão difícil a vida, e tão incerto o futuro dos cidadãos. É que a nossa sociedade infelizmente ainda não se compenetrou da necessidade da instrução e da idéia do trabalho livremente exercido e compensado sem distinção de sexos, nem de posição. (...) Nesta época de corrupção e de falsos prestígios que tem sido o triunfo da mediocridade, cujas influências parecem tender em toda a parte a paralizar o caráter e o talento, no meio dos males que nos oprimem — a centralização que nos atrofia, os desperdícios que nos arruinam, a ignorância que nos deprime, e a política de opressão que nos esmaga, volvemos os olhos cheios de fé para a nova fase que abre auspiciosa à pátria os horizontes de um venturoso porvir, e anima-nos a esperança de que amando-a e compreendendo as suas necessidades, aqueles que a dirigem hão de refundir a nossa inqualificável situação, arrancando-nos definitivamente dos acanhados e restritos limites do nosso constitucionalismo feito de ficções transparentes formando do Brasil um corpo social mais em harmonia com as idéias do século, elevando-o assim a ocupar o lugar que lhe compete entre as nações do mundo (A Família, 21 dez.1889,p.1-2).

(II) "A República em São Paulo"

"Em sinal de regosijo pela proclamação da República Brasileira, foram de Campinas à capital do Estado vizinho em um deslumbrante préstito 150 senhoras que desembarcaram na estação da estrada de ferro com todo o aparato.

As senhoras trajavam todas vestidos vermelhos, com barretes frígios, tendo a tiracolo uma fita branca onde se lia — República Brasileira.

Empunhavam lábaros com diferentes inscrições. Fechava o grupo um bonito pálio verde e amarelo, cujos suportes eram conduzidos pelos representantes da imprensa de Campinas e debaixo do qual ia a senhora do cidadão Francisco Glicério representando a cidade de Campinas.

Outros grupos também faziam parte deste préstito, o que o tornava sobremaneira imponente.

A idéia de associarem-se as senhoras às festas cívicas da República, foi muito feliz, demonstrando que não somos mais indiferentes aos destinos da nossa querida pátria como supunha a nossa condição de inércia e indiferentismo a que estávamos condenadas por preconceitos de educação" (A Família, 7 dez.1889,p.7).

(III) "Manifestação em São Paulo"

A proclamação da República Brasileira foi em São Paulo recebida com as maiores provas de entusiasmo, pelas senhoras do professorado público desse Estado.

Lê-se no Correio Paulistano: "Uma comissão composta das Exmas. Sras. DD. Guilhermina Marcolina de Vasconcellos, Francisca de Mendonça, Augusta de Paula Petit Wertheimer, Galdina Amélia da Silva, Galdina Lopes de Almeida e Olympia Mendonça acompanhadas de duzentas e treze alunas de diversas escolas, dirigiram-se ao palácio do Governo Provisório e aí, depois dos cumprimentos, foi entregue pela professora D. Augusta Petit uma mensagem do professorado ao Dr. Prudente de Moraes, proferindo aquela senhora um inspirado discurso pelo advento da República.

Na frente do préstito, uma das senhoras empunhava uma bandeira de cetim, das cores nacionais e na qual se via o seguinte letreiro em letras bordadas: 'As professoras à República', no centro um livro aberto em cujas páginas se lia: Libertas ac sera tamen.\* Estado de São Paulo, 15 de Novembro de 1889".

Acompanhou o préstito até dissolver-se, no largo municipal, a banda de música dos permanentes" (A Família, 7 dez.1889,p.6).

\* sic no original.

(IV) Discurso da Professora Augusta de Paula Petit Wertheimer transcrito do Correio Paulistano, São Paulo, 25 de outubro de 1946, constando no artigo escrito por Lellis Vieira sob o título "Da Monarquia à República" na seção "Crônica da cidade":

Cidadãos membros do Governo Provisório do Estado de São Paulo — Respeitosas e modestas vimos, nós professoras da Capital, protestar a nossa adesão e dedicação à grande causa da República, — prestar homenagem a Vós, que sois constituídos as nossas primeiras autoridades a quem acataremos e obedeceremos.

Côncias dos nossos deveres, da grande responsabilidade que sobre nós pesa, olhamos com confiança e cheias de esperanças para Vós, em cujas mãos pousa o poder, e dirigimos as nossas vistas para os pequenos que nos acompanham, estes verdadeiros representantes da futura nação.

Todas as resoluções que tomareis em prol da instrução pública, em benefício do sistema, e da classe dos seus ministros, redundarão diretamente em prol da própria República.

Fazei com que nós possamos abençoar o dia que Vos chamou a dirigir a nau do Estado: — e nós incutiremos nos ânimos destes pequenos futuros cida-

dãos e cidadãs, ao par do saber, ao par da ilustração — : a gratidão, o amor às instituições democráticas, o sentimento da solidariedade, do triunfo, da união.

Dai-nos edifícios apropriados em número suficiente, onde funcionem as escolas, equiparei os nossos direitos aos nossos deveres e vigiai com igual justiça o respeito para aqueles como o cumprimento destes, aliviai-nos, tanto quanto possível das misérias da vida penosa, — sede severos mas previdentes: e nós Vos daremos inteligências cultivadas, braços fortes, corações ardentes por tudo quanto é nobre, verdadeiros berços do patriotismo puro, sincero.

Esta é a nossa aspiração; os nossos desejos são estes: — fracas mulheres seremos fortes na convicção de que Vós estais do nosso lado; sem altos vãos na nossa tarefa diária quase monótona, deixamos a Vós os grandes empreendimentos; da Vossa sabedoria depende achar os meios para arrancar a mulher brasileira ao acanhado molde em que até hoje está vasada a existência dela. Quiçá não haverá empreendimento mais urgente senão este, que deve mudar a posição social da cidadã, aumentando seu bem-estar material e moral. A primeira semente, o princípio desta gravíssima reforma, deveis colocá-lo à testa dos Vossos programas de instrução pública.

Aproveitarão em primeiro lugar estas tenras plantas que vos miram, aproveitaremos nós, porque seremos amadas e respeitadas, e aproveitareis Vós, aproveitará a República, porque tereis uma geração viçosa, robusta em lugar de uma geração definhante balda de energia.

Ansiosas, de caminharmos por novos trilhos guiadas por Vossos acenos, — Vos saudamos em fraternal abraço — e damos — um Viva à República — um Viva ao Governo Provisório do Estado de São Paulo — um Viva ao Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil — São Paulo, 28 de novembro de 1889. — Guilhermina Marcolina de Vasconcellos, Presidente. Francisca de Mendonça, Secretária. Augusta de P. Petit Wertheimer, Oradora. — Galdina Amélia Lopes de Almeida, Olympia Mendonça, Galdina Amélia da Silva, Tesoureiras das Zonas".

Isabel Dillon (dentista)

Circular

A família

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1890 — p.2

*Defensora da emancipação da mulher, entendo que um governo democrático não pode provar uma parte*

da sociedade de seus direitos políticos, uma vez que as mulheres não foram francamente excluídas das urnas eleitorais pela nossa constituição vigente, sendo eu eleitora em pleno gozo dos meus direitos civis e políticos, apresento-me candidata à Constituinte, escolhendo o Estado da Bahia, terra que me deu o berço; conto com a independência e civismo do eleitorado bahiano para quem faço um apelo.

Se for correspondida a minha aspiração procurarei tornar-me digna desta confiança, sustentando sempre os princípios da igualdade dos cidadãos desta ou daquela seita religiosa, pedindo ampla liberdade de pensamento, direito de votar e ser votado, desde que esteja em pleno gozo de seus direitos políticos eis o meu lema, no que toca a suprema direção do país no próximo congresso que se vai reunir.

Desafiam a minha atenção particularmente todos os problemas, que se prendem ao trabalho nacional, e mormente as necessidades imprescindíveis de levantar o nível sempre descurado do proletariado brasileiro, dando-lhe os elementos indispensáveis de independência e de bem estar relativo.

As nações preparam de longe o seu futuro, e o Brasil, país novo, deve desde já predispor os elementos com que conjure o gravíssimo problema econômico, social e político, que traz em tormento as nações da Europa.

Não partilho o sonho mórbido do socialismo que busca em balde a equação das fortunas, através de todas as desigualdades sociais; mas uma espécie de atenuação dessa lei fatal, que perpetua a miséria, se me afigura muito possível.

O aproveitamento das economias mínimas, a prédica da sobriedade no mundo das oficinas, leis protetoras da criança, da mulher e de todos os operários, que vivem do seu suor, são questões já estudadas e resolvidas por outros povos que nos cumpre aproveitar.

Todos esses assuntos têm aspectos práticos, que não podem ser expostos neste resumido documento.

Conto, apesar de todos os obstáculos, que me serão opostos por verdadeiros preconceitos, que terei de meus dignos e generosos conterrâneos favorável acolhimento na aspiração de um lugar no seio do futuro congresso.

Isabel Dillon

Capital Federal, 23-8-90

\* As palavras acima grifadas não o foram no original.